

# Banco Mundial impõe condições para liberar US\$ 350 milhões

por Ricardo Schmitt  
de Brasília

Criar um "sistema de salvaguardas" que estabeleça normas capazes de interferir na comercialização dos estoques e nas exportações, até impondo taxas quando os preços no mercado internacional estiverem altos, e arrancar do governo brasileiro "a explicitação de sua política de crédito rural para o Nordeste", sem o subsídio direto nas taxas de juros, são as duas condicionantes principais que o Banco Mundial está fazendo para liberar recursos que, no total, chegam a US\$ 700 milhões.

O caso das "salvaguardas" atinge a liberação de US\$ 350 milhões que deverão ser aplicadas, na próxima safra, para o investimento. O Banco Mundial encerrou a rodada com técnicos do Ministério da Agricultura, dentro do chamado Setorial 2, verbas para investimentos, e o "ad memoire" — o relatório com as posições de ambos os lados — está sendo encaminhado a Washington.

O caso da política de crédito rural está embutido dentro do Projeto Nordeste, que prevê um apoio financeiro do Banco Mundial no primeiro quinquênio de US\$ 3,6 bilhões, sendo 10% (US\$ 360 milhões) destinado ao crédito rural, de custeio e investimento na região nordestina.

A posição do Banco Mundial para completar o Setorial 2 traz "enormes riscos", segundo o coordena-

dor de assuntos econômicos do Ministério da Agricultura, Ivan Ribeiro, "porque abre a economia agrícola aos preços internacionais, dá uma maior abertura à economia internacional, apesar de certos limites, mas sem nenhuma contrapartida como poucos países têm".

O Banco Mundial deseja a criação de zonas de mercado para levar a termo uma ação que, de um lado, dê incentivo ao produtor brasileiro, quando o mercado internacional do produto estiver com preços baixos, e, de outro, quando o mercado estiver alto, pretende taxar as exportações, desestimulando-as, via tributação.

Além disso, segundo Ivan Ribeiro, o Banco Mundial pretende criar um sistema

de crédito para comercialização, no setor mais moderno da agricultura, a exemplo dos Warrants (crédito que se dá a partir da colheita prevista) substituindo os atuais EGF.

O risco existente na definição de algo nesse sentido reside no fato de "o montante de subsídios a serem dados na compensação poder gerar a necessidade de liberação de muitos recursos pelo governo". O governo brasileiro ficou com as "condicionantes" do Banco Mundial e, agora, técnicos da Agricultura, Fazenda e Seplan "estudam as medidas com toda seriedade, pelas implicações que elas trazem".

O impasse na questão do crédito rural do Projeto Nordeste, aparentemente é

menor. "O problema", diz o secretário geral do Ministério do Interior, Maurício Vasconcelos, "é que a negociação está-se dando mais em torno da calibragem do nível do subsídio. O Banco Mundial quer que o governo brasileiro explicitasse sua posição final no tratamento do crédito rural para o Nordeste. É uma condicionante de caráter qualitativo".

Sabendo que "historicamente o Banco Mundial é contrário ao subsídio de forma geral", Vasconcelos explica que a posição do Ministério do Interior é a de que "o crédito rural para investimento no Nordeste seja subsidiado e gradativamente eliminado, na medida em que o projeto comece a gerar respostas econômicas adequadas".